



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Requerimento nº _____, de 2012.

(Do Sr. Maurício Quintella Lessa)

Requer seja realizada reunião de audiência pública para discutir a atuação das entidades de crédito no financiamento de projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de audiência pública para discutir a atuação das entidades de crédito no financiamento de projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Tomo a liberdade de sugerir sejam convidadas as seguintes autoridades:

1. ARY JOEL DE ABREU LANZARIN - Presidente do Banco do Nordeste
2. LUCIANO COUTINHO - Presidente do BNDES
3. ANDRÉ ESTEVES - presidente do BTG Pactual
4. CARLOS RAIMUNDO ALBUQUERQUE NASCIMENTO – Diretor Presidente da empresa Norte Energia S/A
5. WESLEY BATISTA – Grupo JBS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

JUSTIFICATIVA

Recentemente o BNDES aprovou o maior financiamento da história da instituição, no valor de R\$ 22,5 bilhões, para o Grupo Norte Energia S/A, responsável pela construção e operação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). O valor do crédito corresponde a quase 80% do total do custo do empreendimento, calculado em torno de R\$ 29 bilhões, de acordo com o banco.

Em nota, o banco informou que parte do crédito será realizado por meio de operação indireta, repassado via dois agentes financeiros: CEF, com R\$ 7 bilhões; e BTG Pactual, com R\$ 2 bilhões. O financiamento inclui a aprovação de R\$ 3,7 bilhões para o consórcio, para compra de equipamentos no âmbito do Programa de Sustentação de Investimento (PSI).

Segundo o BNDES, os investimentos em infraestrutura feitos pela instituição vão somar R\$ 60 bilhões em 2012. Em outras palavras, só a usina de Belo Monte vai receber 1/3 de todo o valor previsto para investimento em infraestrutura.

Destaco, ainda, que o valor do empréstimo é R\$ 3 bilhões maior que o custo da hidrelétrica estimado em julho/2010, R\$19 bilhões. Na época um dos mais altos do mundo para uma obra do tipo.

Em maio/2011, a JBS aprovou um aumento de capital de cerca de R\$ 3,5 bilhões por meio da subscrição de ações pelo BNDESPar, empresa de participações do BNDES. A entidade converteu as debêntures da JBS que possui em ações da empresa, elevando sua participação direta e indireta de 25% para 37,3%.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

O BNDES é sócio, com mais de um terço de participação na JBS. O Grupo JBS passou a ser a terceira empresa na lista das participações bilionárias do BNDES, com R\$ 5,5 bilhões, atrás apenas da Petrobrás, com participação de R\$ 37 bilhões, e da Vale, com R\$ 17 bilhões.

Relatório elaborado pelo Tesouro Nacional, a requerimento do TCU, estima que impacto orçamentário dos subsídios do BNDES para alavancar investimentos das empresas será de R\$ 20 bilhões, até 2012, o que equivale à despesa anual do programa Bolsa Família.

Conforme as normas do BNDES, as garantias de operações com entidades sob controle de capital privado deverão consistir, cumulativamente, em:

a) Reais: fundada em direito desta natureza, que autorize a execução da garantia, extrajudicial ou judicialmente, podendo ser oferecida pelo cliente ou terceiros. O índice de garantia real deve corresponder a, no mínimo, 130% do valor da operação de financiamento, entretanto tal índice poderá ser reduzido para até 100%, quando a empresa postulante da colaboração financeira atender as seguintes condições.

b) Pessoais: aval ou fiança, prestada esta por terceiro na qualidade de devedor solidário e principal pagador de todas as obrigações decorrentes do contrato, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827, e 838 do Código Civil, oferecidas pelas pessoas físicas ou jurídicas detentoras do controle direto ou indireto do cliente, ou outras pessoas jurídicas, integrantes do mesmo grupo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

O que se observa é que existem duas políticas de financiamento das entidades públicas.

Uma mais liberal, com exigências menores de garantia, destinada a oferecer subsídios para empresas que não têm dificuldade de se financiar no mercado, inclusive internacional, como, por exemplo, a Vale e o Grupo JBS.

Outra, mais rígida, que cria dificuldades com exigências de garantias que alcançam 130%, em regra, podendo atingir 200%, para empresas que precisam de recursos para investimento e para as quais o mercado não está disposto a emprestar.

A audiência pública é necessária para que seja discutida as condições da concessão dos financiamentos e as razões dessa política discriminatória do BNDES e do BNB.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

(PR/AL)